

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 18/2014**

Período: 31/05/2014 – 06/06/2014

GEDES – Brasil

- 1- Suspeito do roubo a casa de Malhães foi preso no Rio de Janeiro
- 2- Depoimento de Malhães à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro foi divulgado
- 3- Comissão Nacional da Verdade busca esclarecer morte de Stuart Angel Jones
- 4- Colunista afirmou que busca por punição de militares é tardia
- 5- Brasil e Honduras negociam fornecimento e revitalização de aeronaves
- 6- Empresários atuaram a favor do regime militar
- 7- Exército atuará na segurança da Copa do Mundo
- 8- Ex-sargento do Exército argumentou contra o preconceito nas Forças Armadas
- 9- Colunista relata sobre a Lei da Anistia no Brasil
- 10- Comissão Municipal da Verdade de São Paulo contesta morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek

1- Suspeito do roubo a casa de Malhães foi preso no Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, Anderson Pires Teles, irmão de Rogério Pires, caseiro do coronel reformado Paulo Malhães, foi preso no dia 30/05/14 pela Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Ambos são acusados de participação no roubo à casa do coronel, juntamente de um terceiro irmão, Rodrigo Pires, que se encontra foragido. A polícia acusa o caseiro de ter repassado informações sobre a rotina da família e de ter facilitado o ingresso de seus irmãos e uma terceira pessoa na casa do coronel. A *Folha* afirmou que parte das armas roubadas foram recuperadas, sendo que sete delas estavam no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, local onde Teles foi preso. O periódico lembrou que a Justiça negou o pedido de *habeas corpus* feito pela defensora pública Raquel Ayres para libertar o caseiro, pois a polícia afirma que sua libertação pode prejudicar as investigações. Segundo a *Folha*, Wadih Damous, presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, afirmou que pedirá quebra de sigilo judicial e a divulgação do inquérito sobre a morte de Malhães, pois não haveria fundamentação jurídica para o sigilo. Damous relatou que a Polícia Civil vem atuando no sentido de confirmar a tese de latrocínio e que a Comissão almeja que as investigações sejam ampliadas “para saber se houve queima de arquivo por causa dos depoimentos que o coronel prestou”. De acordo com *O Estado*, Teles declarou à polícia que o caseiro não sabia sobre o esquema e que só teria descoberto sobre o envolvimento dos irmãos no momento do crime. (*Correio Braziliense* - Política - 31/05/14; *Folha de S. Paulo* - Poder - 31/05/14; *O Estado de S. Paulo* - Política - 31/05/14)

2- Depoimento de Malhães à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro foi divulgado

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 30/05/14, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro divulgou o depoimento transcrito do coronel reformado Paulo Malhães. O depoimento revelou que a chamada Casa da Morte, mantida clandestinamente durante o regime militar (1964-1985) na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, funcionava como um local de formação de agentes para atuarem de maneira infiltrada nas organizações de esquerda durante o período. Segundo Malhães, do local “saíam militantes partidários que, após dias de torturas, era ‘transformados’ em informantes”. O coronel afirmou ter atuado na “formação” de cerca de 30 a 40 informantes para atuarem infiltrados, incluindo membros dos partidos: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), contrários ao regime. De acordo com *O Estado*, Malhães declarou que não citaria nomes dos supostos infiltrados por ser esse seu compromisso com eles, mas que a prisão do ex-oficial do Exército e membro do PCdoB, Lincoln Cordeiro Oest, ocorreu com a ajuda desses agentes. Wadih Damous, presidente da comissão do Rio de Janeiro, afirmou que a referida transformação de presos políticos em infiltrados é considerada um meio de desqualificar os presos do regime militar. De acordo com o depoimento, com o aumento das tensões durante o regime militar os métodos de tortura praticados no local se alteraram, demonstrando que o que causava mais pavor era o desaparecimento, não a morte, pois esse leva a um impacto muito mais violento no grupo ao qual o desaparecido pertencia. Em trechos do documento publicado pela *Folha*, Malhães relatou que a morte do ex-deputado federal Rubens Paiva possivelmente foi um erro, levando à necessidade de sumir com o corpo, o que resultou na afirmação oficial de que o militante havia sido sequestrado por partidários de esquerda. Apesar disso, o coronel se negou dizer o que ocorreu com o corpo do militante. De acordo com os depoimentos, Malhães afirmou que a organização mais perigosa e única com capacidade de combate durante o período era a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada por Carlos Lamarca, sendo que as outras não causavam grande preocupação. Malhães relatou que foi devido a Guerrilha do Araguaia (1979) que ocorreu a transformação de tropa fardada em tropa à paisana, pois era necessário implementar uma nova forma de combate para lutar contra os guerrilheiros, pois um soldado fardado correndo no mato seria um alvo fácil. De acordo com *O Estado*, Malhães afirmou ter atuado no sequestro de um guerrilheiro argentino, do grupo Montoneros, que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro e era procurado em seu país durante o período. Segundo o depoimento, o militante foi dopado e engessado com a ajuda de um médico e colocado em um avião rumo à Argentina. A Comissão Estadual defendeu que a ação foi parte da chamada Operação Condor, que estabeleceu uma cooperação entre os regimes militares da Argentina, Brasil e Chile, e que tal relato é importante para esclarecer as ações da operação. Segundo *O Estado*, o relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos apontou que ao menos três argentinos desapareceram no Brasil durante a década de 1980. (*Correio Braziliense* - Política - 31/05/14; *Folha de S. Paulo* - Poder - 31/05/14; *O Estado de S. Paulo* - Política - 31/05/14)

3- Comissão Nacional da Verdade busca esclarecer morte de Stuart Angel Jones

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 30/05/14, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) realizou perícia na Base Aérea do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, com objetivo de esclarecer as circunstâncias da morte do militante de esquerda Stuart Angel Jones, filho da estilista Zuzu Angel, desaparecido após ter sido torturado durante o regime militar (1964-1985). De acordo com a *Folha*, a CNV divulgará nos próximos dias um novo relatório a respeito da morte de Jones. O presidente da Comissão, Pedro Dallari, afirmou que espera que o novo documento sirva como uma referência para abertura de inquérito criminal pelo Ministério Público. Dallari relatou que a Base Aérea do Galeão foi um centro de tortura, e provavelmente, de morte, e que a Comissão crê que foi nesse local que Jones morreu. De acordo com o periódico, Dallari esteve no local com objetivo de identificar quatro locais de tortura e prisão ilegal. O ex-cabo da Aeronáutica, José Bezerra da Silva, que afirmou ser testemunha das torturas cometidas contra o militante, foi convidado a participar da perícia. Bezerra da Silva contou ter visto Jones entrar vivo em uma ambulância após ser torturado e apontou aos peritos o local exato onde a ação ocorreu. (*Folha de S. Paulo - Poder - 31/05/14*)

4- Colunista afirmou que busca por punição de militares é tardia

De acordo com coluna opinativa do jornal *Folha de S. Paulo*, o colunista Hélio Schwartsman afirmou que, em um primeiro momento, a decisão da Justiça de aceitar a denúncia contra cinco militares do regime militar (1964-1985), acusados do assassinato e ocultação do cadáver do ex-deputado federal Rubens Paiva em 1971, pode ser vista como uma ação positiva. Contudo, em um segundo momento, Schwartsman defendeu que tal visão abre espaço a “decepção”, pois durante décadas o Brasil desperdiçou a oportunidade de promover um “acerto de contas com a história”. Segundo o colunista, um julgamento 40 anos depois dos fatos será “no máximo um arremedo de justiça”, pois eventuais prisões não estarão de acordo com os objetivos racionais da sanção penal. Schwartsman afirmou que a prisão de criminosos busca impedir fisicamente que esses cometam novamente os crimes praticados e como forma de dissuadir outras pessoas que almejam fazê-los. Devido à demora em se aceitar a denúncia, esses objetivos não podem mais ser alcançados, pois com as mudanças do cenário político do país “não há mais nem regime a defender nem opositores a ameaçá-lo”, fazendo com que os crimes não possam ocorrer novamente. De acordo com o colunista, mesmo uma concepção mais metafísica da justiça apresenta entraves a tais punições, pois ao punir uma pessoa depois de 40 anos de seus atos deve-se levar em consideração que essa não é mais a mesma que era quando cometeu tais crimes. (*O Estado de S. Paulo - Opinião - 31/05/14*)

5- Brasil e Honduras negociam fornecimento e revitalização de aeronaves

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, os governos do Brasil e de Honduras estão discutindo um contrato de revitalização de nove aeronaves T-27 Tucano, fornecidas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A (Embraer),

e de um esquadrão completo de cinco caças F-5E, da companhia estadunidense Northrop Grumman Corporation, ambos adquiridos na década de 1980, além do fornecimento de ao menos quatro aeronaves militares A-29 Super Tucano. Segundo o embaixador brasileiro em Honduras, Zenik Krawttschuk, o acordo “depende da análise da linha de crédito e da definição quanto ao tipo de financiamento”. Os valores não foram divulgados, mas especialistas afirmaram que a modernização dos 14 aviões custaria em torno de US\$ 35 milhões a R\$ 63 milhões, dependendo da configuração almejada. Segundo *O Estado*, Honduras tem o objetivo de expandir suas ações de controle do espaço aéreo nas fronteiras, o que justifica o possível acordo. (*O Estado de S. Paulo - Economia - 31/05/14*)

6- Empresários atuaram a favor do regime militar

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) atuaram intensamente para a tomada de poder pelos militares de 1964. Documentos recém-descobertos no arquivo da Escola Superior de Guerra (ESG) demonstraram palestras e conferências apresentadas na instituição por industriais ligados à entidade patronal paulista. De acordo com o jornal, empresários trabalharam para desestabilizar o então presidente da República, João Goulart, desde sua posse, financiando as campanhas de seus adversários no Congresso Nacional e organizando entidades como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Durante o regime militar (1964-1985), alguns empresários ajudaram a financiar a Operação Bandeirante (Oban), organização criada pelos militares para coordenar a repressão aos opositores do regime. Ainda segundo a *Folha*, as palestras proferidas por empresários da Fiesp e a doação de material aos militares, possibilitam duas interpretações. A primeira seria que as doações realizadas pelos empresários ao invés de ser uma conspiração política seria um meio de aproximação institucional, pois ninguém sabia que o general Amaury Kruel, ex-chefe do Gabinete Militar de Goulart, se juntaria aos militares golpista horas antes da tomada de poder. A última hipótese seria que as doações realizadas aos adversários de Goulart fossem para fomentar um ambiente hostil ao presidente. Para Marcelo Rideni, cientista político da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) as duas interpretações são válidas, pois "os empresários podem ter exagerado ao falar da própria colaboração. Mas eles não inventaram essas histórias do nada. Onde há fumaça, há fogo". Para Marcos Napolitano, historiador e professor da Universidade de São Paulo (USP), os documentos encontrados na ESG demonstram que é fraca a tese de que o golpe foi reativo. Além disso, o jornal descobriu que a Fiesp criou um órgão subordinado a sua presidência, denominado Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), cujo propósito era “converter a indústria paulista em fornecedora de material bélico, caso grupos de esquerda reagissem contra o golpe e deflagrassem uma guerra civil”. Como não houve resistência ao golpe, o órgão passou a gerenciar a participação da indústria paulista nas concorrências das Forças Armadas. O órgão era composto por 10 empresários e 11 militares. (*Folha de S. Paulo - Poder - 01/06/14; Folha de S. Paulo - Poder - 02/06/14; Folha de S. Paulo - Folha Corrida - 02/06/14*)

7- Exército atuará na segurança da Copa do Mundo

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Exército auxiliará no policiamento durante a Copa do Mundo. A presidenta da República, Dilma Rousseff, ofereceu o auxílio do Exército aos governadores dos 14 estados que sediarão o mundial. Já responderam positivamente ao contingente adicional os governadores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Norte e Distrito Federal. Os governos dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco ainda não responderam sobre o auxílio, mas tendem a aceitar, enquanto os estados de Minas Gerais, Amazonas e Ceará declararam não necessitar do auxílio adicional das Forças Armadas. De acordo com a *Folha*, as Forças Armadas creem que outros estados também aceitarão ajuda a fim de não correrem o risco de serem responsabilizados por eventuais problemas. No dia da abertura dos jogos as forças de operações especiais do Exército também auxiliarão na segurança. Segundo os jornais, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo foi destacado, juntamente com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o general José Carlos De Nardi, para apresentar a proposta de que os militares atuem no policiamento de pontos estratégicos, aumentando a sensação de segurança. De Nardi destacou que o Exército não terá atuação operacional, apenas estará presente nas ruas para apoiar as atividades da Polícia Militar. De acordo com *O Estado*, Cardozo confirmou que a atividade de policiamento e repressão de ilícitos é função da Segurança Pública, sendo a atuação das Forças Armadas considerada suplementar. Os militares não atuarão em manifestações e agirão somente em caso de pedido do governador do Estado. Segundo o jornal, o governo do estado de São Paulo solicitará ainda o apoio do Exército em estações de trem e metrô, não estando prevista a presença de tanques de guerra nas cidades. Os homens do Exército agirão somente no caso das manifestações saírem do controle, desempenhando um papel “dissuasório”, mediante autorização da presidenta da República. Segundo a *Folha*, os estados em que houver cidades-sede podem solicitar ou dispensar a ajuda federal a qualquer momento. Segundo o *Correio*, no dia 05/06/14, o Exército Brasileiro realizou um treinamento de segurança em Brasília como preparação para a Copa do Mundo. Dos 3,7 mil militares “destacados para o contingente da Copa, 100 participaram da ação”. De acordo com o periódico o equipamento utilizado pelos militares, como metralhadoras, fuzis e carros blindados, chamou a atenção da população. (Correio Braziliense - Política - 05/06/14; Correio Braziliense - Cidades - 06/06/14; Folha de S. Paulo - Poder - 03/06/14; Folha de S. Paulo - Poder - 05/06/14; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 02/06/14; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 03/06/14)

8- Ex-sargento do Exército argumentou contra o preconceito nas Forças Armadas

Em artigo opinativo para o jornal *Correio Braziliense*, o ex-sargento do Exército, Fernando Alcântara de Figueiredo, discorreu sobre o preconceito contra homossexuais nas Forças Armadas. Segundo o artigo 235 do Código Penal Militar, o crime de pederastia é definido como “ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar”, com pena de detenção de seis meses a um ano. A previsão legal do crime é questionada por entidades de

direitos humanos e organizações ligadas ao movimento gay, que a encaram como perseguição a militares em função de sua orientação sexual. O debate sobre a presença de homossexuais nas Forças Armadas, porém, deve ganhar uma nova perspectiva a partir da posse da primeira mulher escolhida para presidir o Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Teixeira Rocha, defende que as Forças Armadas avancem na aceitação de homossexuais. Figueiredo, que considera positiva a presença de Rocha na mais alta corte militar do país, declarou ter sido protagonista de uma história conhecida internacionalmente ao assumir um relacionamento de 11 anos com o sargento reformado do Exército, Laci Araújo. Araújo foi denunciado por deserção e o casal sofreu diversas acusações, embora sem ligação direta com sua orientação sexual. Ambos alegaram, contudo, que foram perseguidos por serem homossexuais e obtiveram vitória ao levar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), que pediu esclarecimentos ao governo brasileiro. Figueiredo defendeu a extinção do crime de pederastia e argumentou que “em qualquer parte do serviço público, inclusive o civil, fazer sexo nas dependências do trabalho gera um procedimento administrativo disciplinar que pode culminar em demissão (...) criminalizando, o Exército tenta convencer as pessoas de que o homossexual é tão promíscuo a ponto de praticar sexo em qualquer lugar”. Para Toni Reis, secretário de educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), é necessário extinguir o artigo do Código Penal Militar que prevê a pederastia como crime, e a posse da nova presidente do STM poderá estimular o tratamento igualitário. Figueiredo destacou que “ato libidinoso é algo muito vago, especialmente nessas instituições, que fazem perseguições veladas” e lembrou que em setembro de 2013 a Procuradoria-Geral da República ingressou com uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental pedindo que fosse invalidado o artigo 235 do Código Penal Militar. No entanto, a ação, proposta pela procuradora Helenita de Acioli, foi contrariada pelo atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que alegou em parecer ao Supremo Tribunal Federal, não haver desrespeito aos direitos constitucionais na previsão do delito. (Correio Braziliense - Brasil - 03/06/14)

9- Colunista relata sobre a Lei da Anistia no Brasil

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Gilberto Saboia, ex-secretário de Estado para Direitos Humanos, entre 2000 e 2001 do governo do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso e membro da Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas, descreve que a Lei da Anistia (1979) foi um passo politicamente importante, mas insuficiente frente às demandas de justiça das vítimas e da sociedade. Leis posteriores, como a que reconhece a responsabilidade do Estado pelos desaparecimentos forçados e a que determina o pagamento de indenizações, por exemplo, complementaram a Lei da Anistia. Saboia declarou que tortura é crime perante o Direito Internacional e que as anistias promulgadas ao fim de períodos de exceção vêm sendo intensamente discutidas. As anistias são vistas como etapa necessária muitas vezes à reconciliação nacional, mas sua legitimidade é contestada quando servem para cobrir a impunidade, sem prever o direito à verdade, e quando encobrem graves crimes. Saboia conclui que a

responsabilidade internacional do Brasil por atos ilícitos sob o Direito Internacional deve ser considerada seriamente, pois afeta a credibilidade do país frente as obrigações que voluntariamente assumiu após sua entrada na Convenção Internacional contra os Desaparecidos Forçados, em 2010. Segundo esse instrumento, se o Estado adota regime de prescrição para o crime de desaparecimento forçado, o prazo passa, obrigatoriamente, a ser contado a partir da data em que o crime foi solucionado, portanto, os autores desse tipo penal não estão cobertos pela Lei de Anistia. (Folha de S. Paulo - Opinião - 04/06/14)

10- Comissão Municipal da Verdade de São Paulo contesta morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Comissão Municipal da Verdade de São Paulo – Vladimir Herzog impetrará um mandado de segurança para impedir que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) oficialize a versão de que a morte do ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, ocorreu em decorrência de um acidente de trânsito. A Comissão Municipal da Verdade de São Paulo defende que o ex-presidente foi vítima de um atentado organizado pelo regime militar (1964-1985). O vereador da cidade de São Paulo e presidente da Comissão Municipal, Gilberto Natalini alegou que os testemunhos recolhidos pelo colegiado não foram considerados pela CNV. De acordo com *Folha*, Natalini relatou que o motorista do ex-presidente, Geraldo Ribeiro, levou um tiro na cabeça antes de perder o controle do carro e se chocar com uma carreta. A *Folha* afirmou que um motorista de caminhão teria visto Ribeiro desacordado logo antes da colisão. Segundo a versão oficial, o veículo teria colidido com uma carreta após ser atingido por um ônibus. (Folha de S. Paulo - Poder - 04/05/14)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Brasiliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais);
Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex);
Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais);
Grazielle Gouveia (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)

Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Brando Coelho (Redator, graduando em Relações Internacionais)